



# Anais da Assembléia

Nº 063

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 1991

ANO XLVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA.  
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1991.  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Clayton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, José Afonso Júnior e Luiz Antonio Setti (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Mensagens:

MENSAGEM Nº 24/91

Curitiba, 27 de maio de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, visando atender despesas com aluguéis, estagiários, vigilância, informática, limpeza e conservação, material de consumo e programações artísticas tais como: Orquestra Sinfônica do Paraná, Ballet Teatro Guaíra e montagem da Ópera Rigolletto.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da entidade, no exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, visando dar continuidade no desenvolvimento da programação artística e manutenção da estrutura administrativa da entidade, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da entidade, no exercício de 1990.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Anexo a que se refere o art. 1º.

## SUPLEMENTAÇÃO

PL: 01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC COP
		DA	FT			
		DESPESA		R		
300	Secretaria de Estado da Cultura - Entidades Vinculadas					
3071	Fundação Teatro Guaíra					
2067	Administração das Atividades do Teatro Guaíra					
		3120.00	40	L	1.000	0113
		3136.00	40	L	600	0113
		3132.00	40	L	37.000	0113
		3280.00	40	L	2.000	0113
T O T A L					40.600	

## MENSAGEM Nº 25/91

Curitiba, 27 de maio de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva conferir inequívoca e definitivamente às fundações públicas instituídas por leis estaduais, a natureza jurídica de autarquia.

As fundações objeto da mensagem, pelas suas características e finalidades já são hoje verdadeiras autarquias, inexistindo razão para que continue havendo possibilidade de interpretações equivocadas que dêem tratamento distinto daquele emprestado às entidades estatais.

É imperioso, portanto, determinar que estas pessoas jurídicas que desempenham atividades dirigidas ao atendimento das necessidades públicas e que vivem de recursos públicos tenham procedimentos coerentes com os mecanismos de controle e normas orçamentárias e financeiras aplicáveis ao Estado.

Este reconhecimento legal do caráter público das fundações estaduais alcançadas pelo projeto define, também, o regime jurídico do pessoal integrante dos respectivos quadros. Servidores públicos com direitos, deveres e responsabilidades semelhantes aos dos servidores da administração direta, sujeitos à mesma política salarial dos funcionários do Estado, dependente de norma legal estadual para majoração ou correção de salários.

Merece ressaltar que a adoção da personalidade autárquica implicará na conquista de privilégios pelas entidades em referência, entre os quais destacam-se aqueles ensinados por Hely Lopes Meirel-

les, às fls. 306/307, da 15.<sup>a</sup> edição de sua respeitada obra "Direito Administrativo Brasileiro": imunidade de impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; prescrição quinquenal de suas dívidas passivas; execução fiscal de seus créditos inscritos; ação regressiva contra seus servidores culpados por danos a terceiros; impenhorabilidade de seus bens e rendas; impossibilidade de usucapião de seus bens imóveis; recursos de ofício nas sentenças que julgarem improcedente a execução de seus créditos fiscais; prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer; pagamento de custas só a final, quando vencidas; juízo privativo da entidade estatal a que pertencem; aplicação do prazo para desocupação de prédio locado para seus serviços, quando decretado o despejo; não sujeição a concurso de credores ou a habilitação de crédito em falência, concordata ou inventário, para cobrança de seus créditos, salvo para o estabelecimento de preferência entre as três Fazendas Públicas; retomada dos bens havidos ilicitamente por seus servidores; impedimento de acumulação de cargos, empregos e funções para seus servidores; dispensa de exibição de instrumento de mandato em juízo, pelos Procuradores de seu quadro, para os atos ad judícia.

Ademais, sem a menor sombra de dúvida, constata-se a imperiosa necessidade de que haja uma precisa e clara definição a respeito. Não se poderá jamais admitir a existência de órgãos públicos com dúbia personalidade. Renomados mestres do direito administrativo pátrio asseveram que as

fundações guardam muita semelhança às autarquias e por isso também as tratam de "autarquias fundacionais". É evidente que um simples batismo não constitui remédio ao problema e, portanto, ter-se-á que buscar uma exata e jurídica solução. A que no momento se afigura mais adequada é indiscutivelmente a proposta de adequação das questionadas fundações à forma autárquica.

Assim, diante das considerações expendidas confirma-se a assertiva de que o reconhecimento das atuais fundações como autarquias, na precisa e concreta conceituação contida no art. 7º, inciso I, da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987, é imperativo legal indiscutivelmente oportuno e necessário.

O anteprojeto de lei proposto contém dispositivo expresso no sentido de que o patrimônio, a receita, as dotações orçamentárias e os servidores das fundações cuja transformação é objetivada, sejam transferidos às autarquias que lhe sucederem, estabelecendo ainda prazo de 180 dias para que sejam baixados os necessários decretos de revisão dos atos constitutivos das entidades transformadas. É, também, prevista norma legal estabelecendo que os cargos de direção serão transformados em cargos de provimento em comissão, cujas simbologias e denominações definir-se-ão por ocasião do decreto de que trata o parágrafo único, do art. 1º, do plano de lei anexo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Todas as Fundações criadas por leis estaduais são transformadas em autarquias estaduais.

Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por decreto, procederá revisão dos atos constitutivos das Fundações atingidas por esta lei, podendo, inclusive, alterar-lhes a denominação.

Art. 2º - O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os servidores das fundações atingidas pelo artigo anterior, são transferidos para as autarquias em que ficam respectivamente transformadas.

Art. 3º - Os cargos de direção das entidades ficam transformados em cargos de provimento em comissão cujas denominações e simbologias serão fixadas em Decreto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o n.º DTL/SAT/139/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, o Projeto de Lei n. 144/91, do Poder Executivo, que concede a partir de 1º de abril de 1991, abono de 40% sobre os salários dos servidores das entidades que menciona, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.608. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N.º 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei n. 070/91, pelo prazo de 07 sessões.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N.º 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, respeitosamente, a Vossa Excelência, que seja retirado da Ordem do Dia, por cinco (05) sessões - com inclusão garantida para a sessão subsequente - o Projeto de Lei n. 143/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que acrescenta "alínea" ao parágrafo 1º do artigo 5º da Lei Complementar de número 37, de 27 de outubro de 1987, para a complementação de estudos, a pedido de nobres companheiros desta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) PAULO MAIA

#### REQUERIMENTO N.º 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando urgência nas reavaliações dos processos e nos pagamentos administrativos das indenizações devidas aos proprietários que tiveram suas terras expropriadas para a construção da PR-566, trechos Francisco Beltrão/Itapejara.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os proprietários que tiveram suas terras expropriadas para a construção da PR-566, trecho Francisco Beltrão/Itapejara, estão esperando há muito tempo uma proposta para o pagamento administrativo das indenizações. Segundo informações o

processo encontra-se em Cascavel, há mais de um ano, para reavaliação. Como a maioria dos proprietários são pequenos agricultores, urge uma medida governamental para sanar o problema com brevidade. E, como conhecemos o alto espírito público do Senhor Vice-Governador e Secretário dos Transportes propomos este requerimento esperando a aprovação dos demais Pares.

## REQUERIMENTO N° 1300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente requerimento subscreve, em atribuição conferida pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando estudos dos órgãos competentes do Poder Executivo para que seja viabilizada a implantação dos Sistemas Integrados de Atendimento a Emergências - SIAT, nos postos policiais rodoviários responsáveis, nas respectivas jurisdições, pelo atendimento mais numeroso em acidentes rodoviários.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

## JUSTIFICATIVA:

O Serviço Integrado de Atendimento a Emergências, implantado de forma pioneira pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, vem apresentando excelentes resultados no atendimento emergencial a acidentes com vítimas na Capital. Com equipamentos adequados e pessoal especificamente treinado para agir nas referidas situações, podemos constatar que inúmeras vidas estão sendo salvas graças, exclusivamente, a esta ação. A idéia de se implantar os SIAT nos postos da Polícia Rodoviária considerados críticos no atendimento a acidentes, tais como os postos de São Luis do Purunã, Irati (na BR-277) e Marialva, Furnas, Paranaíba e Mauá (na BR376), dentre outros, temos a absoluta convicção que irá elevar o nome do Estado do Paraná além de garantir mais segurança ao povo do nosso Estado.

## REQUERIMENTO N° 1301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação solicitando sejam criados cursos de magistério, no período noturno, em Maringá.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

De acordo com informações prestadas pelo Vereador Nereu Vidal Cesar de Maringá, é grande o fluxo de estudantes que, diariamente freqüentam os cursos de magistério as cidades de Jandaia do Sul e Man-

aguari, tendo em vista que as instituições de ensino daqueles municípios oferecem a opção do período noturno.

A situação em causa gera muitos transtornos aos munícipes maringenses, que têm de dispendar consideráveis somas para alcançar a sonhada formação cultural, sobretudo em se relevando que os mesmos necessitam estudar no período noturno, trabalhando durante o dia a fim de custear os compromissos relativos à própria sobrevivência.

Diante do exposto, é fácil compreender que a inexistência de cursos dessa natureza em Maringá está impedindo o acesso de muitos cidadãos no Magistério, porquanto muitos não dispõem de recursos suficientes para efetuar as viagens e o pagamento de mensalidades.

## REQUERIMENTO N° 1303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião - Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando seja realizado estudo para a transformação do 4° Batalhão de Polícia Militar em Batalhão Metropolitano, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, 04.06.91.

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, pela explanação de motivos contida no Requerimento n. 495, aprovado em sessão plenária do dia 21 de maio passado, pela Câmara Municipal de Maringá, cópia em anexo, de autoria do Vereador Nereu Vidal Cezar.

## REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, sugerindo que quando da destinação de recursos à COHAPAR para construção de casas populares pelo regime de mutirão, sejam destinados, também, recursos para aquisição de uma cesta alimentar, para cada família de mutirante, enquanto não for concluída a obra e o mesmo não contar com renda que garanta o seu sustento e da família.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) DURVAL AMARAL

## JUSTIFICATIVA:

As pessoas que adquirem casas populares pelo regime mutirão têm, na sua esma-

gadora maioria, renda familiar na faixa de um salário-mínimo e para construírem suas moradias, necessitam abandonar suas atividades laboriais durante o período de construção.

Temos hoje, no Estado do Paraná, exemplos concretos em praticamente todos os municípios, de indivíduos que, para atingirem o sonho da casa própria, ficam privados até mesmo de uma alimentação regular, tendo que se socorrer, na maioria das vezes, das Prefeituras Municipais.

O Estado, a nosso ver, adotando a presente sugestão, estaria prestando um relevante serviço, a custos baixíssimos.

#### REQUERIMENTO N° 1310

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Ministério da Saúde, solicitando liberação da droga AZT para tratamento dos portadores de AIDS, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.01.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Centenas de pacientes portadores de AIDS - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - estão enfrentando problemas para obter AZT - principal medicamento utilizado no tratamento da doença.

Isto porque o Ministério da Saúde, após uma série de adiamentos, liberou para cada Estado, um volume irrisório desse medicamento - importantíssimo e de um custo considerado muito elevado.

A pequena quantidade liberada para o Paraná - segundo informações da Secretaria de Saúde - foi distribuído entre os pacientes cadastrados nos serviços de atendimento médico de Curitiba e Londrina.

É imprescindível que o Senhor Ministro da Saúde, que tem cuidado de maneira tão brilhante das questões afetas à saúde, cuide também desta, visando reduzir o sofrimento das pessoas que portam a AIDS - sobre cujos ombros já está depositado tanto peso, tanto preconceito.

Que do presente se dê ciência ao Secretário Estadual da Saúde.

#### REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo do Estado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando rigor na apuração das responsabilidades de violência, arbitrariedade e abuso de autoridade por parte de policiais civis que invadiram a sede do Diretório Central de Estudantes da Univer-

sidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A atuação no jornalismo, no rádio, na crônica policial, por mais de trinta anos, nos proporcionou a vivência diária da violência que se estampa sobre a nossa sociedade.

Por muitos anos, quando o país esteve sob o "manto" do arbítrio, noticiei fatos como esse que os policiais chefiados pelo COPE protagonizaram e que envolviam professores e estudantes.

Hoje, passados aqueles dias amargos, a surpresa se revela na ação arbitrária e truculenta de alguns policiais, que invadiram a sede do DCE da UFPR durante a realização de uma confraternização de estudantes de Desenho Industrial.

Ora, a violência campeia solta. As janelas ficam sempre fechadas e as mães se desesperam enquanto os filhos ainda não voltaram para a casa.

No mesmo tempo, TRINTA policiais invadem uma festa e agem de forma violenta contra simples estudantes - como reconheceu o próprio diretor da Polícia Civil, delegado José Maria Correia.

Que se verifique os responsáveis por esse fato profundamente lamentável e que eles sejam punidos, com rigor e brevidade, de forma que não seja maculada a imagem da corporação policial civil, dos bons policiais, daqueles que vêem os marginais nos marginais e não nos estudantes que se reúnem em festas.

Que do presente seja dada ciência ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Secretário Especial de Justiça e Cidadania, ao Promotor da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, ao Magnífico Reitor da UFPR, ao Presidente da Associação dos Professores da UFPR e ao Centro Acadêmico de Desenho Industrial da UFPR.

#### REQUERIMENTO N° 1313

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, solicitando o planejamento e execuções de ação de policiamento preventivo na Praça Osório, no centro da cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Praça Osório, localizada no centro da Capital, freqüentemente figura na crônica policial como palco de ações delinquentes.

O local é de tráfego humano de considerável volume, o que aguça a atuação de marginais "trombadinhas" e mesmo vândalos. Recentemente (05.02), o próprio módulo policial localizado na Praça foi "visitado" por um único homem que destruiu os vidros e causou outros estragos nas instalações.

A preocupação é redobrada no período noturno, quando centenas de estudantes de colégios e faculdades localizadas na área são obrigados a transitar pela Praça e se postam à mercê da ação desses indivíduos.

Desta forma, visando proteger a integridade da população e o próprio direito de "ir e vir" dessa população, inclusive, naquela Praça, aguardamos o planejamento e execução de ações da Polícia Militar do Paraná.

Que do presente seja dada ciência à administração do condomínio "Asa", à Faculdade de Direito de Curitiba, ao Colégio Ruy Barbosa e à Faculdade de Administração de Empresas de Curitiba- FAE.

#### REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Departamento de Serviços de Transporte Comercial do Departamento de Estradas e Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando atenção para reclamações de baixa qualidade nos serviços prestados pela empresa de ônibus Campo Largo.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Reclamações de usuários daquele serviço dão conta de problemas com relação a horários, lotação e velocidade impressa pelos motoristas - também merecedores de queixas pela forma deseducada com que tratam os passageiros. Em tratando-se de uma empresa que presta serviços com permissão do Estado, através do DSTC, entendemos como extremamente necessária a tomada de medidas fiscalizadoras e saneadoras, a fim de garantir à população um serviço à altura das tarifas pagas.

Que do presente seja dada ciência ao Senhor Alceu Capriglioni, morador à Travessa n° 01, s/n°, bairro Ferraria, Município de Campo Largo.

#### REQUERIMENTO N° 1315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado o expediente anexo, a Deputados Federais e Senadores pelo Paraná, para lutar pelos Royalties devidos por Itaipu ao

Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender fazer valer o determinado no artigo 20 - parágrafo único, da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis Federais 7990, de 28.12.89 e 8001 de 13.03.90 e Decreto Federal n° 001/91 de 11.01.91.

Nada mais necessário que conseguir ao Paraná e aos seus municípios alagados os recursos que lhe são devidos e que podem resgatar a dívida social que se tem com a população carente de emprego, saúde, educação e segurança.

Além do que não podemos nos furtar a sermos solidários com o Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, digno paranaense e empreendedor desta causa paranista.

O Paraná vem sendo preterido a 18 anos, data que Itaipu teve sua obra iniciada, pelo não pagamento dos Royalties por ela devidos ao Brasil e conseqüentemente ao Paraná.

O nosso Estado teve os melhores de suas terras inundadas para que se instalasse naquela região uma obra portentosa e de orgulho nacional.

Porém os prejuízos não param por aí, a beleza de Sete Quedas, o 2° Pólo turístico, e fonte de renda para o município de Guaíra desapareceu; agricultores, por mais que indenizados fossem, deixaram suas terras; a produção não foi compensada e muito menos os impostos por ela gerados.

Uma luta de mais de 12 anos, encabeçada pelo nobre paranaense Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, mui digno Diretor da Gazeta do Povo, e Rede Paranaense de Televisão, redundou no artigo 20, parágrafo primeiro da Constituição Federal e nas leis 7990, de 28.12.90 e 8001, de 14.03.90 e no Decreto Federal n° 001 de 11.01.91, este último assinado pelo atual Presidente da República.

Porém, esta luta também evidenciou que o Paraná é novamente vilipendiado, pois não bastam leis, há de haver hombridade dos administradores de concessionárias para que a lei se cumpra. E sobre este tema Rui Barbosa, insigne brasileiro em frase que se novamente proferida aplicar-se-ia aos dias atuais.

Mas não tenhamos vergonha de exigir um pagamento honesto pelo muito que o Paraná e seus cidadãos perderam pois, muitas concessionárias de energia elétrica, são bem administradas e honram seus compromissos.

Pois o Paraná deveria ter sido pago nos meses de março e abril quantias em torno de Cr\$ 1.800.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros), deste débito.

Nossa luta Senhores, é buscar estes recursos tão necessários ao Paraná.

Nossa solicitação: o empenho de cada um dos Senhores Parlamentares e de todos em conjunto para que o Governo Federal faça valer a lei e que esta dívida moral seja resgatada ao Estado que deu a este Governante larga margem de votos quando de sua campanha eleitoral, onde inúmeras vezes os Royalties e seu pagamento foram utilizados como argumento de campanha.

A cada dia que passa o Estado perde, o povo perde e é necessário cobrar o posicionamento do DNAEE, da Eletrobrás, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Infra-Estrutura, do Governo Federal e de todo o setor elétrico estatal do País frente a esta dívida moral com o Paraná.

Esta Casa espera pela ação dos Senhores Parlamentares e será caixa de ressonância de vossos atos.

O Paraná precisa!

#### REQUERIMENTO N° 1317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido da ampliação e melhoria da assistência por parte da EMATER na Municipalidade de Rio Azul.

Valendo-se da iniciativa do nobre Vereador André Dussanoski, o trabalho atualmente realizado em toda a área correspondente àquele município, não tem se dado de modo abrangente, sendo comum a falta de assistência, tanto da agricultura como da veterinária, em prejuízo notadamente dos pequenos e médios produtores, esses sim sentindo mais diretamente a falta de apoio do mencionado órgão.

Pelos motivos expostos, que esta Pasta analise devidamente a presente questão, adotando, o que fará sem dúvida, as medidas que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a destinação de materiais didático-pedagógicos para a Escola Estadual Pio XII, localizada na Municipalidade de Irati.

Em nome da Diretoria daquele estabelecimento, Senhora Maria José Gruber e do

Senhor Luiz Carlos Pereira dos Santos, Presidente da APM, trata-se da cessão de um aparelho de vídeo-cassete, destinado ao desenvolvimento da aprendizagem, que disporá de um inestimável recurso que certamente resultará no melhor aproveitamento das disciplinas por parte do conjunto dos seus alunos.

Em razão dos motivos expostos, espera-se o encaminhamento favorável do presente assunto, antigo anseio da Escola Pio XII.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1321

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, Dr. ALCIDES ALBERTO MUNHOZ DA CUNHA, manifestando a preocupação desta Casa quanto ao não cumprimento do parágrafo 5°, do artigo 201 da Constituição Federal, e cumprimentando a Procuradoria pelo seu empenho para ver cumprida a Constituição Federal, em benefício dos cidadãos paranaenses.

Requer, outrossim, que desta decisão seja dada ciência ao Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoiamento: João Arruda, Doutor Rosinha, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Rossoni, Arlindo Troian, Nelson Justus, Alga-ci Túlio, Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Anibal Khury, João Iensen, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Paulo Maia e Heinz Kerwig.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal vem sendo insistentemente desrespeitada pelo Governo Federal, no que se refere a aposentados e pensionistas, urbanos e rurais, que recebem menos de um salário mínimo. A Constituição, no parágrafo 5°, do artigo 201, é taxativa, não deixa margens a dúvida: "Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário-mínimo".

O Governo Federal vem driblando o texto legal, com o argumento de que ele não é auto-aplicável; que seu cumprimento dependeria da regulamentação.

Este não é entendimento da Justiça em diversos Estados brasileiros, que vem assegurando o disposto na Constituição.

E não poderia ser diferente. A Justiça tem se mostrado sensível ao verdadeiro estado de miserabilidade a que estão condenados estes milhares de aposentados e pensionistas, urbanos e rurais.



Em vista da gravidade deste caso, e considerando toda preocupação que a Procuradoria da República no Paraná vem demonstrando para o cumprimento dos direitos constitucionais, aos cidadãos paranaenses, é que estamos solicitando a urgência na tomada de providências para que o Governo cumpra o dispositivo constitucional.

É inconcebível que o próprio Governo tenha este comportamento de afronta à lei. Como ele pode exigir que a sociedade cumpra as leis, quando ele próprio não dá bom exemplo de disciplina a elas?

Estamos certos de que a Procuradoria da República no Paraná há de dar a devida acolhida a este pedido de urgência. Isto porque vem dando demonstrações concretas do seu interesse em zelar pelos direitos sociais e individuais indisponíveis. Podemos citar como exemplo, a defesa dos direitos indígenas, como no caso dos avanguarani do Oeste do Paraná e da reserva de Mangueirinha; a defesa do meio-ambiente; dos mutuários da casa própria; do desbloqueio dos cruzados retidos pelo Governo; a luta contra a corrupção na Polícia Federal.

A firmeza, a determinação, e a independência demonstradas pela Procuradoria faz da instituição ser credora da nossa confiança e do nosso respeito.

Faz com que confiemos na Justiça. Em função disto, é merecedora dos nossos cumprimentos.

#### REQUERIMENTO N° 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido ofício endereçado ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, com o propósito de reivindicar a solução dos problemas de captação de água na municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Consustanciado na iniciativa do nobre Vereador Luiz Vascoski, vem se agravando cada vez mais os problemas concernentes ao sistema de captação de água, que entre outros aspectos, é devido ao assoreamento da bacia hidrográfica, comprometendo equipamentos e conseqüente a qualidade da água consumida pela população. Neste sentido, provavelmente com a mudança para outro manancial, urge, com a maior rapidez possível, dar solução a tão grandioso problema.

Em face dos motivos expostos, aguarda-se a adoção de medidas por parte dessa Companhia.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, no sentido da cessão de materiais didático-pedagógicos para o Colégio Estadual Professor Dario Velozo, localizado na municipalidade de Mallet.

Conforme bem especifica a correspondência em apenso, trata-se da doação de dois aparelhos, sendo um de televisão e outro de vídeo-cassete, equipamentos esses que visam ampliar a possibilidade de aprendizagem, à medida em que, reconhecidamente, trata-se de um moderno recurso.

Que o presente apelo, feito por intermédio do Sr. Diretor Mário Sérgio Zanon de Almeida, encontre o devido e esperado respaldo.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 1299

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial ao Secretário de Estado da Educação solicitando sejam determinadas providências para a implantação do ensino de 2° grau, na Escola Estadual Silvio Magalhães Barros - Ensino de 1° Grau, em Maringá.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) JOÃO PREIS.

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação que se apresenta, configura-se da maior importância, principalmente pela necessidade de se oferecer maiores opções aos alunos que, concluindo o 1° grau, desejam dar continuidade ao seu aprendizado.

A demanda de alunos, oriundos em sua maioria da Zona Rural, tem sido fator preponderante para a adoção de medidas que venham contribuir para a implantação do curso de 2° grau, de forma a oferecer melhor qualidade de ensino.

Isto posto, vem este Deputado encarecer medidas que venham concretizar as aspirações da comunidade estudantil em apreço.

#### REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

Através do presente, comunicamos Vossa Excelência, para as providências que se fizerem necessárias, que na próxima quinta-feira, dia 06 do corrente mês, far-se-ão presentes nesta Assembléia Legislativa, a partir das 14:30 h., os Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado do Planejamento e da Fazenda, para a finali-



dade de esclarecer aos Srs. Deputados as dúvidas existentes sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sendo o que se apresenta, colhemos da oportunidade para reiterarmos a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

#### REQUERIMENTO N° 1302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um Voto de Congratulações pela passagem do 25° aniversário de fundação da Sociedade Beneficente Lar dos Velhinhos de Maringá, ocorrido no dia 18 de maio do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a sua Presidente - Irmã Firmina Maria - Rua Ponta Grossa s/n° - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) JOÃO PREIS.

#### JUSTIFICATIVA:

O requerimento tem a preocupação de registrar uma justa e indiscutível homenagem a Sociedade Beneficente Lar dos Velhinhos de Maringá, atualmente presidida por Irmã Firmina Maria, que completou dia 18 de maio último, 25 anos de atividades ininterruptas.

Homenagear o corpo diretivo e os funcionários do Lar dos Velhinhos de Maringá, é homenagear todas as entidades que cumpram com sua responsabilidade social, voltadas para os mais altos interesses da população.

#### REQUERIMENTO N° 1312

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira e empresário Adrianus Boer e Ari Paiva Siqueira, homenageados por ocasião do Dia da In-

dústria, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) entrega todos os anos a comenda do Mérito Industrial. Instituída em 1972 ela se destina a industriais e outras personalidades que se "tenham destacado pelos relevantes serviços prestados à indústria paranaense".

No dia 25 de maio próximo passado - DIA DA INDÚSTRIA - a FIEP reuniu empresários e importantes personalidades da sociedade paranaense para a cerimônia de entrega das comendas do Mérito Industrial a Ari Paiva Siqueira, da classe industrial de móveis, e a Adriane Boer, da Cooperativa de Laticínios Paraná. Também foi justamente homenageado o senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Que o presente requerimento enseje os fraternais cumprimentos do Legislativo paranaense a esses homens que tanto têm dedicado ao progresso e crescimento do Paraná e de todo o País.

Que do presente se dê ciência, também, à FIEP.

#### REQUERIMENTO N° 1322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, à TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANÁ, na pessoa do empresário JOEL MALUCELLI, pela inauguração de sua majestosa sede própria, e que na oportunidade passa a integrar a REDE BANDEIRANTES de TELEVISÃO.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. JOEL MELUCELLI, Diretor daquela Organização.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da televisão na vida moderna, é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como poderoso veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação da televisão para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas. Portanto, é realmente auspicioso o evento que acontecerá no Paraná no próximo dia 7. A inauguração da majestosa sede própria de Televisão Bandeirantes do Paraná, auspicioso porque com o evento da inauguração de sua nova sede, esta estação produtora e emissora, todo o Paraná passa a ser coberto pela programação da Rede Bandeirantes

de Televisão, reconhecida em todo o território nacional.

A TV Curitiba Canal 2, equipada com a mais avançada tecnologia e dotada agora de uma programação de primeira linha como a mais nova afiliada da Rede Bandeirantes, investindo no jornalismo marca registrada da Rede Bandeirantes, sem descuidar de outras programações, como o esporte, etc.

Pelo que a Televisão Bandeirantes do Paraná, Canal 2, irá representar para o nosso Estado e na sua região de influência, merece os mais elevados cumprimentos, o empresário paranaense, Dr. JOEL MALUCELLI. É um homem sobejamente conhecido nos meios empresariais, respeitado pela sua visão e pelo seu arrojo como empresário bem sucedido. Além disso, tem participado de todos os movimentos onde foi convocado em favor da causa paranaense. Trata-se de um símbolo do homem paranaense, empreendedor e participativo; é um exemplo vivo da força, do trabalho e da boa vontade; é um atestado grandioso da crença em nosso Paraná e nos paranaenses.

O Paraná, reconhecido, presta tributo a este seu ilustre e denodado filho. Os paranaenses festejam o nascimento da nova e majestosa sede da TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANÁ, marco importante na sua integração como a mais nova afiliada da Rede Bandeirantes.

A telecomunicação brasileira insere-se entre as primeiras do mundo, gozando de elevado conceito internacional. Neste contexto a telecomunicação paranaense desfruta também de privilegiada posição, destacando-se com invulgar evidência a Televisão Bandeirantes do Paraná, Canal 2, somatória de diversos fatores essenciais que certamente a colocará na vanguarda não somente como empresa de comunicação mas no sentido mais amplo do conceito de empresa prestadora de serviços, que nesta hora de dificuldade, investe em sua nova sede, bem como em equipamentos modernos contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico.

Daí a razão que consideramos o empresário JOEL MALUCELLI, paradigma dos nossos homens de negócios, que apuram a criatividade e se esforçam para superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade, servindo de exemplo para toda a sociedade.

#### REQUERIMENTO N° 1309

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações ao médico Glauco José Pauka Mello, chefe do Serviço de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Nações.

Curitiba, terça, em 04.06.91

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Uma prótese mundialmente inédita utilizada pelo Hospital das Nações no trato de problemas e fraturas de quadris permite que os pacientes voltem a andar três dias após a cirurgia. Essa prótese foi desenvolvida pelo médico paranaense Glauco José Pauka Mello.

A rapidez na recuperação do paciente e a eliminação de vários riscos oferecidos pelos métodos tradicionalmente utilizados fizeram com que essa prótese ganhasse repercussão nos meios médicos. Enquanto a cirurgia e as características da prótese criadas pelo médico paranaense permitem a recuperação em três dias, as técnicas anteriores, desenvolvidas na Inglaterra, em meados dos anos 60 somente permitem que os pacientes voltem a andar em duas semanas ou um mês após a cirurgia. Além da eficiência e rapidez, o tipo de tratamento desenvolvido nesse hospital de Curitiba é menos traumático para o paciente, pois elimina a necessidade de desinsersão do glúteo médio para a implantação da prótese.

Congratulando-se com o brilhante médico GLAUCO JOSÉ PAUKA MELLO o Poder Legislativo apóia o extraordinário trabalho de pesquisa e dedicação do referido profissional, resultante em inequívoco avanço à ciência médica, e elevando o nome do nosso Estado.

Que do presente seja dada ciência ao homenageado, ao Hospital das Nações e ao Conselho Regional de Medicina.

#### REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Maria Matilde Matos, ocorrido no último dia 30 de maio, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

#### REQUERIMENTO N° 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Valias de Rezende, ocorrido em Maringá no dia 26 de maio próximo passado.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.06.91

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Pedro Valias de Rezende, um dos prin-

cipais contribuintes para o crescimento, desenvolvimento e progresso de Maringá, sempre preocupou-se com a vida política e social de seu Município.

Com o seu desaparecimento, sua coragem e seu desprendimento ficarão marcados na história do município de Maringá e região.

Deixou saudades, deixou somente amigos, entre os quais este Deputado que teve a ventura de conviver com sua amizade por muitos anos.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 033/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 59 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59 - O Deputado que não comparecer à sessão, ou que deixar de votar, deixará de receber 1/16 (um dezesseis avos) da remuneração, inclusive ajuda de custo e auxílios complementares, ainda que sua ausência ou omissão não tenha contribuído para o adiamento da votação.

§ 1° - A Mesa poderá mandar abonar até três faltas por mês ao Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

§ 2° - O controle das presenças far-se-á através do painel eletrônico e, na hipótese do não funcionamento deste por qualquer motivo, mediante chamada nominal quando da votação da Ata, podendo o Deputado registrar sua presença até o início da votação das matérias constantes da Ordem do Dia."

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Arlindo Troian, Colombino Grassano, Heinz Herwig, Rafael Greca de Macedo, Albino Corazza e Algaci Túlio.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua história, a Assembléia Legislativa do Paraná tem sofrido graves prejuízos à sua imagem, em razão das reiteradas ausências de alguns poucos Parlamentares, os quais não têm demonstrado responsabilidade perante os deveres inerentes às suas funções. Não foram poucas as vezes em que, matérias constantes da Ordem do Dia, têm sua votação adiada em função da inexistência de quórum, comprometendo o funcionamento do Poder Legislativo.

O que é pior, a irresponsabilidade e a desídia de alguns poucos acaba por comprometer a imagem do Poder Legislativo como um todo, já que suas ausências e omissões são mais notadas que o trabalho profícuo e

responsável de outros.

É importante observar também, que a regra definida pelo Regimento Interno, notadamente o artigo 59, acaba por premiar os costumazes faltosos, em detrimento dos Deputados cônscios de seus compromissos e responsabilidades perante as instituições do Poder Legislativo.

Ao penalizar, mediante desconto na remuneração, apenas quando a ausência acarretar a obstrução do ato de legislar, os Deputados assíduos acabam por premiar os faltosos, contribuindo por elidir o desconto à remuneração dos ausentes.

Mais do que isso, o artigo 59 do Regimento Interno é por demais condescendente e liberal com relação ao desconto, eis que prevê o desconto de apenas 1/30 (um trinta avos) por sessão, sendo que mensalmente não existem mais que 16 sessões. Neste caso, mesmo faltando em todas as sessões mensais e, mesmo que tais ausências tenham contribuído para obstar todas as votações existentes no mês, o Deputado faltoso terá desconto de tão somente 40% de seus vencimentos básicos, percebendo ainda a integralidade de suas ajudas de custo e auxílio complementares.

Da mesma forma, imperioso torna-se modificar os abonos de falta, já que ao permitir a justificativa de até 7 faltas mensais, o Deputado poderá faltar em mais de 50% das sessões sem qualquer penalização pecuniária ou política. Salvo melhor juízo, parece-nos que o abono de até 3 faltas mensais, atendem às necessidades normais de ausências decorrentes de outros compromissos políticos ou pessoais dos Senhores Deputados, além de situarem-se em nível mais razoável e proporcional ao montante das sessões ordinárias mensais.

Contamos, em vista do exposto, com o apoio unânime dos Senhores Deputados e a conseqüente aprovação do presente pelo duto Plenário.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 216/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam autorizadas as Prefeituras municipais a, no prazo máximo de 90 dias, instalarem a Comissão Municipal de Meio Ambiente, sendo que esses Conselhos serão sem fins lucrativos, e os membros abaixo relacionados serão convocados pelo Prefeito Municipal sem remuneração de honorários.

Art. 2° - A Comissão Municipal de Meio Ambiente, deverá ser composta da seguinte maneira:

- a) Prefeito e vice-Prefeito;
- b) Secretários Municipais ou Chefes de

Divisão;

- c) Um representante da Associação Comercial;
- d) Um representante do Setor Educacional;
- e) Um representante do Corpo Eclesiástico;
- f) Um representante do Setor de Saúde;
- g) Um representante do Setor de Esportes;
- h) Um representante do Setor de Agricultura;
- i) Um representante da Comissão de Solos;
- j) Um técnico da EMATER;
- l) Cinco representantes de entidades de meio ambiente local ou da comunidade em geral.

Art. 3º - A Comissão reunir-se-á em sessão conjunta com a Câmara de Vereadores uma vez a cada mês, sendo certo que esta, fará parte da Comissão.

Art. 4º - A Comissão enviará trimestralmente, relatórios de suas atividades, à Secretaria Especial de Meio Ambiente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

Com a atual situação de mundo moderno, em que todos estão se voltando para a preservação do meio ambiente, fator precípuo para a sobrevivência da humanidade, nota-se também no Brasil, notadamente no nosso Paraná, uma preocupação sempre presente neste sentido, sendo tal tema, inclusive, uma das prioridades governamentais do momento.

Tal lei reveste-se de fundamental importância, eis que visa dar condições às Prefeituras de nosso Estado, de colaborar com a preservação ambiental e com a melhoria de vida da população, concedendo-lhe poder de investigação e fiscalização, em contato estreito com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado e com os demais órgãos que coordenam a normatização da área ambiental e execução das medidas a ela pertinentes.

Tal comissão prestaria informações a nível escolar aos alunos da rede municipal, preparando os jovens a respeitarem e preservarem o meio ambiente, fator de integração nacional.

Por estes e outros motivos, é que propomos a presente lei, esperando contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 217/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada Área de Proteção Ambiental - APA, na Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, que se constitui na divisão natural entre o Segundo e o Terceiro Planaltos, conhecida regionalmente como Serra da Esperança, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A Área de Proteção Ambiental - APA, mencionada neste artigo, estende-se do Rio Ivaí até o Rio Iguaçu, passando por partes dos municípios de Guarapuava, Prudentópolis, Turvo, Inácio Martins, Irati, Rio Azul, Mallet, Cruz Machado, Paulo Frontin e União da Vitória.

Art. 2º - Caberá à autoridade competente estadual, num prazo não superior a 90 (noventa) dias da promulgação da presente lei, proceder à delimitação oficial da área de abrangência da APA da Serra da Esperança, bem como a normatização de seu uso.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Nelson Garcia, Albino Corazza, Domingos Carvalho, Geraldo Cartário e Dobrandino da Silva.

#### JUSTIFICATIVA:

A Serra da Esperança, vem a ser uma denominação regional da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, que constitui a divisão natural entre o Segundo Planalto (sedimentar) e o Terceiro Planalto (basáltico) no Estado do Paraná.

A Escarpa Mesozóica que se prolonga até o Rio Grande do Sul, é denominada Serra da Esperança entre o Rio Ivaí e o Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

O trecho delimitado inicialmente para a implantação da APA DA SERRA DA ESPERANÇA, abrange um perímetro de ensaio de 87.750 hectares (segundo planimetria), incluindo partes dos municípios de Guarapuava, Prudentópolis, Turvo, Inácio Martins, Irati, Rio Azul, Mallet, Cruz Machado, Paulo Frontin e União da Vitória, conforme ilustração anexa.

Trata-se de áreas íngremes, sem aptidão para a agropecuária e com baixa ocupação humana pelas próprias delimitações impostas pelo meio natural, apesar disso, em alguns trechos, é realizada agricultura de subsistência ou pecuária extensiva, contrariando todas as recomendações técnicas, a ponto de se caracterizarem tais atividades como práticas predatórias. A extração madeireira é também muitas vezes predatória e indiscriminada, a ponto de se desenvolver em áreas com inclinação superior a 45°, o que é vedado pelo Código Florestal, pondo em risco de extinção, algumas espécies florestais como a canela-sassafrás.

A Serra da Esperança abrange ainda alguns locais de beleza cênica, como os mor-

ros testemunho (Morro do Chapéu ou Morungava), como exemplos de saltos, o Salto do São Francisco, com mais de 80 metros de altura.

Nesse trecho da Escarpa, nascem muitos tributários dos rios Ivaí e Iguaçu, incluindo mananciais de abastecimento de Guarapuava.

A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA, trata-se de uma unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais.

Em geral, as APA's englobam diversas propriedades privadas, sob supervisão governamental, podendo incluir trechos de domínio público. Como se trata de uma área de uso regulamentado, a APA não exige desapropriação das áreas abrangidas.

Como objetivos primários, as APA's prevêm:

- a preservação de belezas cênicas da paisagem;
- a proteção de recursos hídricos e bacias hidrográficas, notadamente os mananciais de abastecimento público;
- criar condições para o ecoturismo;
- fomentar o uso auto-sustentado dos recursos naturais.

Têm como objetivos secundários:

- a preservação da biodiversidade e os ecossistemas naturais;
- o manejo racional dos recursos da fauna e da flora;
- propiciar estudos científicos;
- propiciar a educação ambiental;
- contribuir para o monitoramento ambiental.

Deverão ser previstas no zoneamento da APA, a ser estabelecido em regulamento próprio, que devem ser vedados na sua área de abrangência:

a) atividades agrossilvopastoris em desacordo com a aptidão das terras, sendo consideradas atividades predatórias;

b) a prática irracional da atividade madeireira, só sendo tolerado o manejo autossustentado da floresta e de acordo com o previsto no Código Florestal;

c) a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar os mananciais de água;

d) a realização de obras de terraplanagem, quando importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;

e) o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;

f) o exercício de atividades que ameacem extinguir espécies raras da biota regional, notadamente a canela-sassafrás ("Ocotea Odorifera");

g) o uso de biocidas;

h) a mineração que importe em remoção de grande quantidade de solo.

Como outras recomendações, citamos as penalidades que seriam previstas nas Leis n°s 6.902 de 27.04.81 e 6.938 de 31.08.81.

A supervisão, administração e fiscalização, a cargo do ITCF ou órgão equivalente, com a colaboração dos municípios envolvidos e das organizações ambientalistas não governamentais interessadas, e a sua normatização a ser baixada em decreto específico pela autoridade estadual competente.

Poderão, finalmente, ser previstos convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, para a consecução dos objetivos previstos para a ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - APA DA SERRA DA ESPERANÇA.

PROJETO DE LEI N° 218/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor JARBAS JOSÉ DE CASTRO ANTUNES, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

"Enquanto Deus nos dê um resto de alento, não há que desesperar da sorte do bem. A injustiça pode irritar-se; porque é precária. A verdade não se impacienta; porque é eterna. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje ou para quando. O caso é que seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro. Aqueles, cavam para si mesmos. Estes, lavram para seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano."

Rui Barbosa

Seguramente, falar de JARBAS ANTUNES é falar de uma estirpe de homens que se enquadra dentre os "plantadores de carvalhos", como disse Rui Barbosa.

Nascido em 28 de fevereiro de 1929, na cidade de Lages, SC, o Doutor Jarbas é filho do Senhor Henrique Antunes e dona Iracema de Castro Antunes.

Fez seus estudos primários na Escola Americana do Professor Belmiro César, em Curitiba, entre os anos de 1937 e 1941. O ginásio cursou no Colégio Marista Nossa

Senhora do Rosário, em Porto Alegre, concluindo o segundo grau no prestigioso Colégio Estadual do Paraná, no ano de 1949.

Formou-se na Escola Superior de Química Industrial, atual Faculdade de Engenharia Química, em 1950, graduando-se depois, advogado pela Universidade Federal do Paraná, em 1956.

Compartilhou os bancos escolares, universitários e formaturas, com alguns dos nomes mais respeitáveis da nossa sociedade.

Nessa convivência, angariou respeito e simpatia dos colegas e professores. Líder estudantil, ocupou cargos nos centros acadêmicos, em reconhecimento à sua dedicação, vocação política, carisma e capacidade de orador.

Constituiu-se brilhante advogado. Fez dezenove cursos de extensão universitária, aperfeiçoamento, simpósios e conferências sobre Direito Civil e Direito do Processo Civil, em Curitiba, São Paulo e outras cidades. Desses, é importante destacar a "Semana de Estudos Jurídicos", o Curso de Doutorado na USP e a "VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil".

Atuou de forma destacada também na OAB-PR, dividindo esta atividade com o aperfeiçoamento constante e a confessa paixão pelo Direito, que o levou a manter banca de advocacia em São Paulo, Londrina e Curitiba.

Foi orador oficial do Centro Cívico da Consolação, na Capital de São Paulo, em 1957, quando desenvolveu importantes funções na campanha trabalhista de Jânio Quadros e Carvalho Pinto.

Engajou-se, também, com verdadeira dedicação, à campanha do engenheiro civil e ex-prefeito Ângelo Lopes à sucessão do Governador Moysés Lupion, pelo PSD.

A partir de 1986, quando completou trinta anos dedicados à advocacia, passou a dividir seu tempo com entidades filantrópicas.

Poderia "descansar à sombra do carvalho plantado", a conselho de Rui Barbosa, mas preferiu ocupar-se do ofício pelos mais carentes.

Foi vice-presidente da Associação de Ensino Dom Bosco, entre 1975 e 1988. Seu irmão, professor e engenheiro Juarez Clineu de Castro Antunes, criou e mantém com a ajuda do também irmão Doutor Harry Antunes, a Central de Beneficência Dom Bosco, que atende a diversas entidades filantrópicas da nossa Capital.

Desde 1987 é membro do Conselho Consultivo da APR - Associação Paranaense de Reabilitação. É membro do Conselho da Associação Cristã Feminina de Curitiba e membro da Associação Internacional de Imprensa.

Por sua atuação na área assistencial,

alcançou a vice-presidência da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, sendo que desempenhou por várias vezes, interinamente, a Provedoria Geral.

Na I.S.C.M., tem se destacado cada vez mais pela devoção à causa da pessoa carente e na luta para manutenção e constante reequipamento da instituição.

Na nossa atuação social, contamos inúmeras vezes com o apoio do Doutor Jarbas para assistência à pessoas carentes, razão pela qual oferecemos testemunho fidelíssimo da seriedade do seu trabalho.

É desnecessário tentar, com simples palavras, reproduzir a ação voluntariosa e profissional intocáveis de Doutor Jarbas.

Entretanto, é imprescindível reconhecer a cidadania honorária deste ilustre paranista - advogado respeitável, cidadão cumpridor de seus deveres, consciente e emprestado à causa social.

É a justificativa para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O que me traz à tribuna hoje, é a respeito do comportamento autoritário que geralmente têm todos os executivos do nosso País. São raras as exceções de algum governador ou prefeito que não se comporta autoritariamente. Queremos abordar o autoritarismo do prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, no que diz respeito aos servidores públicos do município. Há mais de um ano que dentro de quatro paredes, o Prefeito Jaime Lerner elaborou uma proposta de plano de carreira com os servidores, sem abrir uma única discussão, simplesmente ficando fechado entre os seus asseclas e a sua assessoria e não debatendo com ninguém. Mais de um ano para elaborar e depois entrega na Câmara de Vereadores exigindo que seja votado em 11 dias. Ele teve um ano para, autoritariamente, parir um plano de cargos e salários e exige votação em onze dias.

A Câmara por sua vez, não teve postura diferente do que a administração e autoritariamente fez isso em onze dias. O prazo para entrega na Câmara era dia 13 de março e somente foi entregue no mês de maio. As comissões pelas quais deveriam passar na Câmara de Vereadores, nenhuma se reuniu, foram coletadas assinaturas dentro dos corredores, o que é praxe naquela Casa de Leis e eu digo que é praxe, porque lá eu fiquei dois anos e sei como agem aquelas comissões.

Nesse período de tramitação na Câmara, no período de elaboração dentro da Prefeitura, um real interessado, a população de



Curitiba e os servidores não tiveram assento em nenhuma reunião, através da sociedade organizada, para debatê-lo.

No fim, acabou sendo aprovado um projeto, onde toda a sua regulamentação será feita por decretos. Decretos esses que provavelmente serão paridos da cabeça do "rei" Jaime Lerner, ao qual é o "rei", se coloca como "rei" de Curitiba e monarquicamente tem governado sem ouvir a sociedade civil.

Não houve, apesar de garantido na Justiça, nenhuma reunião entre a administração e os sindicatos. Talvez me perguntem: Qual a importância de falar isso numa Assembleia Legislativa? No meu entender, existe grande importância em abordar, para que isso não seja repetido em administração nenhuma, a nível nenhum, o qual condenamos e porque aqui tem assento também o vice-prefeito de Curitiba, que poderia ter contribuído para democratizar o debate e tem assento aqui a Bancada do PDT, cujo prefeito a este Partido pertence e isto não está escrito no programa deste Partido, de reação autoritária.

No programa do PDT está claro quando diz a respeito da democratização, da liberdade e da participação da sociedade organizada. Mas assim que chegam ao Governo esses prefeitos, na sua grande maioria e entre a maioria, está Jaime Lerner que tem se comportado autoritariamente, não dando ouvidos a ninguém ou dando a apenas alguns de seus assessores, porque acreditamos que talvez alguns deles nem sejam ouvidos, uma vez que, dias atrás, aqui desta tribuna, eu abordei a respeito das perseguições da Fundação Cultural e o Vice-Prefeito, Algaci Túlio, disse que não sabia disso. Portanto e talvez, nem um desses assessores sabiam.

E aqui está o repúdio desta postura autoritária. Porque, o que queremos é o debate, é a democratização, é a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente tem a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em entendimento hoje com a Liderança do PMDB estamos comunicando a retirada do nosso projeto aprovado na sessão de ontem numa demonstração de que a nossa postura nesta Casa é de entendimento e que apresentemos algo que interesse ao Paraná, que não parem dúvidas, que a coisa seja feita com transparência. Estamos apresentando este pedido após entendimento.

Da mesma forma vemos com preocupação as colocações feitas em jornal a respeito do assunto que foi e que representa uma

grande luta do Magistério do Paraná, que representa a força do Magistério do Paraná, conquistada em 1984 nas praças públicas. Ou seja, a eleição para os diretores das escolas estaduais.

A lei deve ser melhorada. Acredito que sim! Mas jamais com declarações como estas do Secretário da Educação que diz "o Governo quer, por exemplo, exigir que a pessoa tenha experiência na área de administração escolar". Nós achamos que, de fato, o diretor deva ter experiência na área da educação escolar, mas é bom também que se esclareça que no Magistério, para que se tenha administração escolar, há necessidade de ter cursado o curso de pedagogia nesta área. Obviamente o diretor está sendo eleito pela comunidade para representar os anseios da educação e desta comunidade. E quem deve prepará-lo, quem deve reciclá-lo e quem deve discutir com ele as propostas de educação, através de uma reciclagem, é a própria administração, é ela quem deve fazer este investimento e não declarar desta forma. Diz também o Secretário que "o Governo não considera justo homologar cargo de confiança uma pessoa que não tenha sido escolhida por ele". Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o diretor está sendo escolhido pela sua comunidade e cabe a esta cobrar a dedicação, a competência e aquilo que interessa à educação do Paraná, a educação de cada município e de cada escola. Nós não podemos retornar àquele velho processo antigo da interferência política, da interferência que, ao invés de ajudar, em muito atrapalhou o sucesso da educação pública que a cada dia entra num caos ainda maior.

Estamos vendo aqui nesta mesma matéria uma declaração que, em se tratando de uma reversão neste processo de eleição de diretores, ela volta a acontecer e nós não temos dúvidas, quando naquela oportunidade já com a eleição de diretores, um diretor contrariou uma declaração do Deputado Tércio Albuquerque, na época, que dizia que os diretores deveriam falar e deviam trabalhar pelo Governo. E o diretor mostrou que o seu trabalho ali não era pelo Governo e nem por partido político. E ele afirmava que esta declaração do diretor o poria na rua. E de fato, isto, dentro de poucos dias, aconteceu. E nós não queremos que isto venha a inviabilizar ainda mais o processo de educação deste Estado. Se o cargo é de confiança, nós acreditamos que o cargo é de confiança, aquele cargo que é indicado pelo Governo para chefias de núcleos regionais de educação, para as inspetorias estaduais de educação. Ali são cargos de confiança e são escolhidos homens e mulheres que falarão aquilo que o Governo quer. E o diretor está sendo eleito para falar e para trazer ao Governo os

anseios da comunidade, que ele representa dentro destas escolas.

Por isto, nós acreditamos que esta proposta, ao invés do pedido de inconstitucionalidade de tal lei, que na época, inclusive, foi aprovada pelo atual Governo do Paraná, ao invés da inconstitucionalidade, nós deveríamos trazer esta discussão para a sociedade, para este Plenário, porque desta forma, com certeza, nós aperfeiçoaremos o processo, que não deve jamais ser motivo do retorno ao retrocesso, dentro das escolas públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Vice-Prefeito, eu peço escusas à Assembléia por abordar assunto voltado à cidade de Curitiba, mas o faço em resposta ao Senhor Deputado Dr. Rosinha, que veio se lamentar do pretensão autoritarismo do Senhor Prefeito Jaime Lerner, com relação à implantação do plano de cargos e salários na Prefeitura de Curitiba.

A cidade de Curitiba vive um bom momento. Inclusive o bom momento da relação dos funcionários municipais com o Prefeito Municipal. As reposições salariais estão em dia, de forma que o PT fica sem assunto nas esferas municipais e daí vem ter assunto aqui dentro da Assembléia.

Há um novo plano de cargos e salários sendo votado na Câmara Municipal, para promoções automáticas, estabelecendo dentro da Prefeitura uma invejável meritocracia.

Com relação à relação do Governo Municipal com os sindicatos representativos da categoria, é preciso que se cobre destes sindicatos uma maturidade mais acurada. Por exemplo: o sindicato fez greve no dia da promulgação do Plano Cruzado, quando o Brasil não tinha nem moeda, nem dinheiro, nem política monetária. Os corifeus do sindicato, no carro de som da CUT gritavam na Boca Maldita o mais surrealista e imbecil dos discursos. Diziam assim: "Queremos uma definição imediata do Prefeito de política salarial!"

Naquele dia, vocês se lembram, a Ministra Zélia tinha ido à televisão começar a tentativa de explicação do Plano Cruzado. Era, portanto, impossível definir uma política salarial.

Mas, o sindicato exorbitou mesmo, quando na campanha eleitoral do ano passado acusou o Prefeito Jaime Lerner de espalhar o vírus da meningite pela cidade de Curitiba. Realmente, foi absolutamente in-

fantil o panfleto que correu entre todos os funcionários e que causou uma profunda decepção com relação à representatividade destas pessoas.

Claro que nós gostamos da idéia de Sindicatos fortes, claro que nós achamos importante a relação trabalhista, a relação de representatividade trabalhista; o nosso Governo é trabalhista, porque valoriza os trabalhadores. No entanto, não há que se aceitar provocações. O tempo que é concedido a cada Governante é por demais exíguo para se traçar o futuro. Se a gente perder todo o tempo só em discussão, vira o processo administrativo naquele que fez a decadência do Império Bisantino; onde as pessoas passavam o tempo discutindo trivialidades, o rumo dos ventos, o sexo dos anjos.

Mais ou menos vale aqui a lição de Sêneca para Nero. Nero ia com aquelas suas idéias sinistras de tentar botar fogo em Roma; Sêneca, uma barba mais vetusta que a do Dr. Rosinha. Nero disse: - Consultem, consultem os arúspices dos ventos, para ver se podemos sair de casa. E Sêneca com toda autoridade, disse a Nero: - Não há bons ventos para quem não sabe para onde quer ir.

Curitiba sabe para onde quer ir, o Prefeito Jaime Lerner sabe para onde quer ir. Nós estamos tendo a aprovação da população e dos nossos funcionários. E mais, o Jaime Lerner não é rei, mas é uma pena, Dr. Rosinha, que ele não seja primeiro e único. É uma pena porque o Jaime Lerner, não sendo rei é primeiro e único: primeiro Prefeito e único na sua capacidade administrativa de, neste tempo tão difícil, construir uma invejável administração. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Estou dando entrada, hoje, nesta Casa com Projeto de Lei dispondo sobre a programação da TV Educativa do Paraná. Este Projeto resulta de uma preocupação não apenas minha, mas da classe artística do Paraná, dos estudantes de Comunicação Social de nossas faculdades, enfim, dos preocupados com a promoção da produção cultural paranaense.

É o seguinte o nosso projeto:

Art. 1º - A TV EDUCATIVA, vinculada à Fundação Rádio e Televisão do Paraná, produzirá programas educativos, culturais, artísticos e jornalísticos de caráter estadual, de forma gradual e progressiva, consoante dispõe a Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A produção de que trata o "caput" deste artigo deverá

constituir, até um ano depois da data de publicação desta lei, 50% (cinquenta por cento) da programação total da emissora.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará, mediante decreto, instruções que se fizerem necessárias à fiel execução desta lei, ouvido o Conselho de Programação da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Palácio XIX de Dezembro.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Deputado Estadual

## I - CONSTITUCIONALIDADE

"Art. 221 - A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

...

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

..."

(Constituição Federal)

Art. 24 - O Estado implantará emissora de televisão, de caráter educativo e cultural, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, devendo sua programação dar prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses".

(Constituição Estadual, ADCT)

## II - MÉRITO

Garantida nas Constituições Estadual e Federal, regulamentada na forma da lei e, em operação, no Paraná, a TV EDUCATIVA - segundo temos verificado - não vêm atendendo aos princípios para os quais foi criada.

Senão, vejamos a sua programação, repleta de produções geradas em outros Estados, caracterizando-a como uma mera retransmissora de imagens.

Ora, vemos o papel de uma TV EDUCATIVA, como destinada a proporcionar à população em geral a informação, a cultura, a formação artística longe dos interesses comerciais que acabam por dominar as outras emissoras.

A própria Constituição Federal garantiu o princípio da programação televisiva como destinada à veiculação de produções regionais.

Não se quer afirmar que a atual programação não seja de excelente nível - pelo contrário - o que queremos é garantir campo de trabalho para nossos profissionais, espaço para nossa produção e o próprio cumprimento da Constituição.

Podem alegar que, hoje, não teríamos estrutura para produção de programação regional ou mesmo, que carecemos de um planejamento nesse sentido.

Pois aí está o projeto, que se constitui, inegavelmente, numa oportunidade para traçarmos uma política de produção para a TV EDUCATIVA.

O projeto prevê as dificuldades e exatamente por isto, fala em gradualidade e progressividade na produção. É imprescindível que, um dia, comecemos a enfrentar as dificuldades, mas que, em contrapartida, comecemos a, efetivamente, produzir e ver essa produção chegando à população.

Trata-se, tenho certeza, de uma reivindicação de todos os envolvidos na produção jornalística, educativa, cultural e artística do nosso Estado e deve, também, ir ao encontro do que o próprio Poder Executivo pensa a nível de promoção e valorização da cultura paranaense.

É a justificativa.

Palácio XIX de Dezembro.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Deputado Estadual"

Ontem ainda estivemos no evento de lançamento da nova programação da TV Paraná Canal 6, agora como, retransmitindo a programação da TV Record.

Eu quero aqui nesta tribuna parabenizar a direção da TV Paraná Canal 6, através do seu presidente, ex-Deputado Federal José Carlos Martinez, porque abre um espaço importante para a imprensa do Paraná. Serão 6 horas diárias de programação local. Nós, paranaenses, homens de imprensa, jornalistas que já temos um espaço reduzido tanto no rádio, como no jornal, na televisão, passam agora a ter, nesta oportunidade. O Canal 6 passa a dar a oportunidade para que nós políticos, nós paranaenses, tenhamos um espaço na televisão para debatermos aquilo que é do interesse nosso aqui. Não ficarmos mais assistindo programas gerados em São Paulo, em Brasília, no Rio com assuntos de interesse daqueles Estados e não de interesse ao nosso Estado. É preciso gerar produção aqui para que nós possamos ter um espaço maior dentro da televisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Crisóstomo.

Havendo declinado, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra Deputado Ernani Pudell, no Horário da Liderança do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A bancada do PT toma hoje a iniciativa de alterar a redação do artigo 59 do Regimento Interno.

Mas, nós pretendemos que essa iniciativa seja dividida com os demais Parlamentares desta Casa porque entendemos que é

de fundamental importância.

Há poucos dias atrás esta Casa teve o constrangimento de discutir e votar acerca da penalização sobre um Deputado que tem freqüentemente faltado às sessões desta Casa. E o que é pior, a ausência de alguns poucos acaba na imprensa sendo amplamente divulgada e acaba generalizando uma imagem de desídia do Poder Legislativo perante a sociedade do Paraná.

Esta Casa, o que me consta até hoje, desde que assumimos nosso mandato, em nenhuma oportunidade deixou de votar por falta de quórum. Ao que, pelo menos, me consta da memória.

Então, fica claro que a maior parte dos nossos Deputados são trabalhadores responsáveis, comparecem às sessões, fazem sua parte, seu trabalho.

Agora, quando nós analisamos o artigo 59 do Regimento Interno, nós percebemos, com todo respeito, que esse dispositivo permite premiar aqueles que não trabalham, aqueles que não têm responsabilidade; senão, vejamos, o artigo 59 diz claramente que a Mesa descontará do Deputado um trinta avos por cada sessão que ele faltar, e ainda assim acrescenta como condicionante esse desconto caso a sua ausência tenha contribuído para não haver quórum, para não haver votações. Ora! Então, imaginando-se a hipótese de que em todas as sessões haja quórum e que alguns Deputados não compareçam em nenhuma sessão, mesmo assim eles receberão integralmente os seus vencimentos pelo trabalho e pela dedicação daqueles outros que contribuíram para que desse quórum. Então, nós entendemos, já que há que se retirar essa condicionante para o desconto e a penalização do faltoso. Mais do que isso, ainda o desconto de apenas um trinta avos não é proporcional ao número de sessões que habitualmente tem essa Casa, nós temos em média dezesseis Sessões Ordinárias por mês, então nada mais justo e mais correto que se desconte um dezesseis avos para cada sessão que o Deputado faltar, será o desconto exatamente proporcional à falta que ele tiver. Essa é uma questão, no nosso entender, uma questão de justiça, porque eu até quero aqui lembrar que os trabalhadores de um modo geral, que deixam de trabalhar um dia, eles têm um desconto do dia, ainda normalmente perdem o descanso semanal remunerado e a partir de um certo número de faltas ainda perdem o direito às férias. Quer dizer, enquanto na situação normal, habitual, para todos os trabalhadores o desconto é em dobro, proporcionalmente em dobro ao dia de falta; aqui na Assembléia essa proporcionalidade é inversa. Então, entendemos que é correto o desconto de um dezesseis avos por cada sessão que faltar, independentemente se o fato da falta, da

ausência do Deputado contribuir para o adiamento da votação ou não.

Uma outra questão que nós entendemos importante também é que o Regimento Interno é por demais liberal para com os faltosos, a Mesa pode abonar até sete faltas mensais ao Deputado. Ora, Senhores Deputados, nós temos dezesseis sessões no mês, quer dizer, praticamente a metade das sessões num determinado mês podem ser justificadas. Ai, se nós somarmos ainda o fato de que o desconto só ocorre se não houver quórum, então nós teremos, pela regra contida atualmente no artigo 59 do Regimento Interno, é quase impossível fazer descontos no salário, na remuneração daqueles Deputados que faltam. E mais do que isso, nós estamos colocando também que o controle das presenças deve ser feita através do nosso painel eletrônico, quando o Deputado poderá registrar a sua presença até o início das votações.

Então, Senhores Deputados, Senhor Presidente, nós entendemos que essa proposta que trazemos hoje a essa Casa, visa sobretudo estabelecer o princípio da justiça e da equidade, e mais do que isso, visa fortalecer sobretudo o Poder Legislativo, visa penalizar aqueles que não contribuem para os trabalhos nesta Casa. E nós temos certeza de que todos os Parlamentares aqui da Assembléia Legislativa do Paraná irão aprovar este projeto, pelo menos tenho certeza, a grande maioria dos Parlamentares que têm sido assíduos, responsáveis e que têm contribuído com as suas presenças e suas participações para o trabalho desta Casa.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Pudell, quero cumprimentá-lo. Realmente, seu projeto merece toda a atenção deste Plenário, no sentido em que ele procura exatamente disciplinar as atividades parlamentares e contribuir para um maior fortalecimento e a recuperação do descrédito na classe política.

Iria um pouco mais além, dizendo até que, prepararei uma emenda neste sentido, de que o projeto de lei de Deputado que estiver na Ordem do Dia e que o mesmo não estiver presente ao Plenário, deixará de ser votado. A exemplo de requerimentos que são encaminhados à Mesa.

Tem Deputados que, às vezes, encaminham meia dúzia de requerimentos, mas não estão aqui nem sequer para votar os seus requerimentos.

No dia seguinte, sai matéria na imprensa dizendo que o Deputado votou o requerimento tal, quando nem o próprio autor votou seu próprio requerimento.

É um desrespeito ao próprio Parlamen-

to. Temos que contribuir para melhorar a condução do próprio Plenário e, acima de tudo, para resgatar a credibilidade da classe política. Vem em boa hora o seu projeto. Evidentemente que deverá receber emendas mas, de qualquer maneira, é um grande primeiro passo para podermos recuperar um pouco o descrédito da classe política.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Para concluir, gostaria de dizer que o projeto está aberto à discussão, a sugestões, a emendas. Temos que aperfeiçoá-lo. Já alguns colegas Parlamentares levantaram alguns questionamentos... Então é fundamental que este projeto venha com a máxima urgência à discussão neste Plenário, para que possamos dar o primeiro passo para o aperfeiçoamento da nossa instituição, dos nossos trabalhos.

Tenho certeza de que no momento em que começamos a mexer no bolso daqueles que faltam, as presenças neste Plenário, a partir daí, serão maciças.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PRN.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O que me traz à tribuna hoje, rapidamente, é a preocupação que tenho quanto à agricultura do Paraná. No ano passado, a agricultura do Paraná foi tratada, pelo Banco do Brasil, de uma forma que trouxe grandes prejuízos aos agricultores do Paraná.

Neste ano também se propalou nos jornais que a agricultura do Paraná teria uma quantidade de 900 bilhões de cruzeiros. Quero dizer aos Senhores que, infelizmente, venho a esta tribuna para não elogiar um paranaense que ocupa cargo importante do Governo Federal. Quero deixar aqui o descontentamento deste Deputado do PRN com o Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, que vem tratando a agricultura de nosso Estado fazendo de conta que não tem compromissos com a agricultura deste Estado. Já tratou a agricultura do Paraná no ano passado, que deveria de ser responsabilizado com a forma que tratou, e

este ano este Diretor de Crédito do Banco do Brasil vem tratando a agricultura do Paraná novamente com descaso. O PROAGRO, que há muito tempo já deveria ter sido pago aos agricultores do Paraná, até o presente momento nada se fez; e neste caso, é mais grave ainda, porque temos na Diretoria de Crédito Rural um paranaense, que é denominado Luiz Antônio Faet. Quero responsabilizar este cidadão com a forma com que ele vem tratando as agências do Banco do Brasil da minha região, aonde tem agências do Banco do Brasil que, empréstimos feitos a um cidadão, cobre todos os empréstimos feitos aos agricultores do meu município, ou deste município. Enquanto nós tivermos pessoas que exerçam cargos federais, que defendem única e exclusivamente os interesses dos grandes e esquecem os interesses dos pequenos agricultores, realmente a agricultura do Paraná não pode, de forma nenhuma, dar passos para o progresso.

Deixo aqui o descontentamento deste Deputado e que os Senhores poderiam estar estranhando, porque este Deputado pertence ao partido do Governo, mas quero fazer este pronunciamento como forma de denúncia para que os órgãos competentes do Governo Federal enxerguem esse caso que estão cometendo com o Banco do Brasil, com os agricultores do Paraná, porque se nós, paranaenses, conseguimos colocar alguém na Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, é porque nós esperávamos que esse cidadão defendesse os interesses dos agricultores do Estado do Paraná, e não os interesses de uma meia dúzia de cidadãos considerados grandes produtores ou grandes industriais aqui desse Estado.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência, como Líder do PRN nesta Casa e representante do partido na Assembléia Legislativa, faz uma denúncia muito grave, e que eu espero que Vossa Excelência traduza este seu pronunciamento numa forma de requerimento, de telex, de um telegrama, como uma denúncia pública ao Presidente da República, que deve estar na Suécia hoje, se não me falha a memória, parece que esse mês, não sabemos, se é a segunda ou terceira ou quarta viagem.

Nós somos sabedores de tudo aquilo que foi falado em campanha política, que quando o Senhor Fernando Collor de Mello assumisse o Governo, o País teria o "superávit" na agricultura, iria abarrotar os armazéns de grãos, enfim, exportar e nós temos visto totalmente o contrário. Sentimos no ano passado, a falta da assistência do Banco do Brasil aos nossos agricultores

e parece-me que foi uma das causas da derrota do líder político do PRN no Paraná, o Deputado José Carlos Martinez. Além disso, após a falta do crédito, veio o fechamento de inúmeras agências do Banco do Brasil, que esta Casa, através de todos os Parlamentares de vários partidos se posicionaram contra, e nós vemos, nesta sua denúncia, o agravamento neste ano, para que o Diretor do Crédito Agrícola do Banco do Brasil, um paranaense ilustre, Luiz Antônio Faet, que tivesse nesta denúncia de Vossa Excelência, antes que a "vaca vá pro brejo", que nós tomemos as providências, alertando o Presidente da República, o Ministério da Agricultura, para que este crédito venha e atinja os agricultores e não os chefes da máfia que existe aí, para que o dinheiro do Banco do Brasil na nossa Região Sul do Paraná, não caia na mão apenas de uma pessoa. Eu gostaria que Vossa Excelência, e serei um subscritor ao lado de Vossa Excelência nesta denúncia gravíssima de Vossa Excelência.

Parabéns pela independência da sua posição contra este Governo que está aí só fazendo viagens e contando vantagens.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero dizer ao Senhor, que antes mesmo de vir fazer este pronunciamento, aqui já fiz isso por escrito ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da República, porque quero dizer aos Senhores, minhas atitudes serão, desde o primeiro dia em que estive nesta Casa, não vou ficar vesgo para os erros dos governos que enterram este País, seja ele municipal, seja ele estadual, seja ele federal. Eu estou aqui como Deputado para consertar este País. Não estou aqui para esconder a verdade e deixar que os agricultores do Paraná, em nome de um falso defensor da agricultura, venha aqui neste Estado e cometa esses tipos de arbitrariedades.

Concedo um aparte ao Deputado Arlindo Troian.

O Sr. Arlindo Troian - Deputado Rossoni, é muito importante o seu pronunciamento, porque hoje nós estivemos aqui no Ministério da Agricultura do Paraná, e vimos "in loco" o pouco caso que estão fazendo para com a agricultura e o Ministério da Agricultura junto ao nosso Estado. Sabemos que para o Paraná, vem somente 4,9% do orçamento para o Ministério da Agricultura, entidade do Paraná; sendo que outros Estados, como o Rio Grande do Sul leva 10%, Rio de Janeiro leva 17%; nós temos o caso de São Paulo que leva 12%.

Já que se fala em agricultura e na posição em que Vossa Excelência está hoje, defendendo de que não temos aquela pessoa dentro do Banco do Brasil que olhe para o

Paraná, quero dizer mais. Comentamos sobre o PROAGRO, que tem vinte mil casos que estão praticamente para ser estudados e ver a viabilidade de vir este dinheiro para o PROAGRO e os agricultores do Paraná. Estão hoje devido a falta de condições do Ministério da Agricultura, que também não tem funcionários para fazer o levantamento dos processos diariamente, estão fazendo trinta processos por dia, Vossa Excelência veja quanto tempo vai levar; levaremos em conta também que o Estado do Paraná tem uma Secretaria da Agricultura que deveria acompanhar e dar condições de negociações entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Paraná. Porque eu acho que há um desleixo entre a Secretaria e o Ministério: um toca flauta e outro toca clarinete. Para um melhor entrosamento, precisaríamos que o nosso Secretário da Agricultura acompanhasse de perto aquilo que é muito importante para o Paraná, que é a agricultura.

O SR. VALDIR ROSSONI - Bom, para concluir, Senhor Presidente.

Prezados companheiros, o assunto é grave. Eu acho que depende de nós, Deputados, termos atitudes de coragem. Eu quero dizer aos Senhores aqui e assumir um compromisso, seja ele Diretor de Crédito do Banco do Brasil, se ele não tiver autoridade suficiente para resolver os casos que lhe compete, é melhor pedir demissão do que estar tratando a nossa agricultura desta forma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Nobre Líder Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupamos esta tribuna nesta tarde, para prestar alguns esclarecimentos que nos foram solicitados ontem, de certa forma, pela Bancada do PT, com referência à votação do projeto que pretende suplementar em quatro bilhões de cruzeiros os recursos da COHAPAR.

Nós, através da assessoria da Liderança e da assessoria da Secretaria Especial para Assuntos da Habitação, estamos fazendo chegar às mãos dos Senhores Deputados, um documento intitulado "Moradia e Cidadania - Diretrizes para uma Política de Habitação - 1991-1994". A leitura simples deste documento dará aos Senhores Deputados, na nossa opinião, as informações necessárias para que possamos ter conheci-



mento da plenitude daquilo que se pretende desenvolver no Paraná em termos de política habitacional e, se os Senhores Deputados puderem observar, tem a introdução, evidentemente. Esse trabalho da Secretaria da Agricultura, pretende implantar no Paraná aquilo que se chama "Programa Casa da Família", tendo em vista que a demanda habitacional, segundo informações dos Senhores Prefeitos Municipais, gira em torno, hoje, de 350 mil unidades, das quais mais de 70% de pessoas que não possuem sequer salários até três salários-mínimos e dentro das diretrizes para implantação do "Programa Casa da Família", que tem por objetivo a diminuição do "déficit" habitacional a Secretaria de Política Habitacional pautará suas ações através das seguintes diretrizes:

- autonomia do Governo Estadual na área habitacional;
- prioridade do atendimento à população de baixíssima renda;
- respeito à identidade cultural do indivíduo e das famílias; e
- diversificação de projetos.

E aí discrimina cada um desses itens.

Fala da criação de um fundo rotativo para habitação popular. Fala de um aporte de dois milhões de dólares ao mês, proveniente de recursos do Tesouro Estadual. Fala do aumento que se pretende na alíquota do ICMS, de 1%, e esse 1% será utilizado na habitação. Fala em destinar 50% da rentabilidade líquida da SERLOPAR para habitação e fala, enfim, de tantas outras questões ligadas à Secretaria da Habitação.

Discrimina os projetos que serão levados a efeito: Projeto Lote Urbanizado; o Projeto Mutirão; o Projeto Auto Construção e o Projeto Construção Convencional.

Dá valores. Dá o relatório do que já foi feito pela COHAPAR/Paraná, do que foi feito pela COHAB/Ponta Grossa, pela Caixa Habitação; outras obras.

Enfim, eu pediria aos Senhores Deputados que, rapidamente, poderiam tomar conhecimento desse documento. Fizemos a entrega através das Lideranças a todos os Deputados de todos os partidos, e acreditamos nós que as informações que são trazidas hoje, são suficientes para que nós possamos dar andamento com a rapidez que se faz necessário a esta suplementação, porque dentro de alguns dias, acreditamos, nós teremos que votar novas suplementações, porque os recursos de quatro bilhões, nós sabemos, são suficientes para apenas e tão somente iniciar os trabalhos.

Por esta razão, nós acreditamos que a injeção de dois bilhões de dólares ao mês, do Tesouro Estadual, significará o primeiro passo e o mais importante passo para a criação de um fundo de habitação popular

no Estado do Paraná.

Dessa forma, o Governo do Estado, através da Secretaria de Política Habitacional, estará atendendo tanto as faixas de mais baixa renda, como também outros segmentos carentes, tendo como base o Projeto Mutirão. Esses recursos do Tesouro do Estado, poderão gerar até 750 unidades por mês, considerados os custos normais de infra-estrutura, água e luz, cuja participação é de aproximadamente 15% do custo unitário total.

O Sr. Cezar Silvestri - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Eu gostaria de dar os parabéns ao Governo do Estado por este programa de habitação. O que, estranhamente nós, vinculados à Prefeitura de Guarapuava e todos aqueles que são ligados ao municipalismo do Paraná, estamos vendo o Programa de Habitação do Governo Federal, que vem como disse, estranhamente favorecendo a empreiteira somente.

Os recursos do Governo Federal para a habitação, somente são repassados através de empreiteiras, não dando a possibilidade para que as Prefeituras Municipais façam o seu programa de habitação com repasses através da Caixa Econômica.

Nós acreditamos que maior garantia para a Caixa Econômica, que uma Prefeitura pode dar, inclusive com uma procuração junto ao ICMS arrecadado junto ao Governo do Estado, não há garantia melhor para a Caixa Econômica.

Mas, estranhamente, esses recursos nunca são passados através das Prefeituras, e sim através de empreiteiras.

Por isso, meus parabéns ao Governo do Estado por esse programa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Só um dado que nos foi repassado pelo Presidente da Secretaria da Habitação do Paraná: nos últimos tempos, a COHAPAR recebeu, dos recursos que foram destinados pelo Governo Federal ao Paraná para habitação, quatro e meio por cento dos valores. Construiu em torno de doze por cento das unidades e construiu em torno de vinte por cento dos metros quadrados construídos. Com quatro e meio por cento, construiu em torno de vinte por cento da área total nestes últimos períodos. E como poderão observar Vossas Excelências, tendo como base o Projeto Mutirão, que buscará em todos os aspectos integrar o município à Prefeitura, fazendo até com que possamos, daqui para a frente, ao nos referirmos ao mutirão, chamá-lo de "mutirão municipalizado", porque os recursos deverão ser repassados às Prefeituras para que, utilizando mão-de-obra existente na comunidade, utilizando já os emprega-

dos, os trabalhadores que dispõe, possa ela, somando forças com os futuros condôminos, executar uma obra por um custo realmente ao alcance dos trabalhadores de menor poder aquisitivo e dentro daquele espírito da moradia popular.

Comunico ainda, Senhor Presidente...

O Sr. Doutor Rosinha - Permite um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento).

Agradeço o aparte e gostaria de pedir um esclarecimento a Vossa Excelência: o Diário Oficial do dia 24.12.90, traz um montante para a COHAPAR, como disse o meu companheiro Ovídio, ontem, de cerca de quatro bilhões de cruzeiros e propõe a construção de dezoito mil moradias, dezoito mil e setenta e duas casas. A pergunta que faço é a seguinte: essa moradia e cidadania, diretriz para uma política, seria complementar ao que já foi aprovado ou vai se tentar substituir os programas aprovados no ano passado no Orçamento por essa nova política?, porque pegando assim rapidamente, não dá para ler agora, rapidamente, e concluir nisto. Inclusive, é para tirar dúvidas esta minha pergunta, até porque o Deputado Cezar Silvestri fez um aparte e rapidamente, passando o olho aqui, está programado para Guarapuava, quinhentas casas pelo ano passado e mais quatrocentos lotes urbanizados. Queremos saber se há superposição de propostas. Se há substituição de propostas, há somatória de orçamento, porque nós estamos votando uma suplementação, propõe-se que está incluindo mais, está aumentando este Orçamento. É este esclarecimento que eu solicito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós requeremos esclarecer ao Deputado Florisvaldo, que os recursos que estão indo à COHAPAR, ou Secretaria da Política Habitacional, evidentemente, é para dar cumprimento ao programa estabelecido pela nossa peça orçamentária que foi aprovada ano passado. É evidente que desse orçamento aprovado no ano passado, previa-se recursos de outras fontes, que não o Tesouro, e que até hoje infelizmente não chegaram. E nós estamos procurando, através desse projeto hoje intitulado "Moradia e Cidadania", dar cumprimento àquilo que a peça orçamentária estabelecia para o ano de 1991. É evidente que dentro do ritmo que estabeleceu Sua Excelência, o Governador, de, em torno de setecentas e cinquenta moradias ao mês, nós não atingiremos as dezoito mil unidades, se não obtivermos aporte de recursos vindos do Governo. Mas nós procuraremos, no decorrer da semana, e nas discussões que iremos ter sobre a política habitacional, buscar informações que se fizerem ne-

Curitiba, terça, em 04.06.91

cessárias, em complementação àquelas dúvidas que os Senhores Deputados têm.

Peço vênua ao Senhor Presidente, para informar ao Plenário desta Casa, e já temos um requerimento em mãos do Senhor Presidente, um ofício, dando conta de que na próxima quinta-feira, às 14:30 horas, comparecerão a este Plenário, durante a Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa, os Senhores Secretários: Eron Arzua, da Fazenda e Carlos Artur Passos Krüger, do Planejamento e Coordenação Geral, para falarem acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias e para prestar os esclarecimentos acerca da gestão financeira do Estado, e para também esclarecer as dúvidas porventura existentes acerca o decreto mencionado pelo Deputado Ernani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 151/91, de autoria do Poder Executivo, que institui a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e transforma a atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social em Secretaria de Estado do Trabalho e de Ação Social, assim como adotar outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDA da C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O projeto irá à Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

070/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe sobre os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 07 (sete) sessões do Projeto de Lei n° 070/91. Aprovado.

Fica portanto, adiado por 07 (sete) sessões o Projeto de Lei n° 070/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/91, de autoria do Deputado JOAO PREIS, que autoriza o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades polo da Região Noroeste do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.C.E., com Emenda da C.E.C.E., por unanimidade.

Há emenda. O projeto retorna às comissões competentes. Está encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 128/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.

Há emenda de plenário. O projeto retorna às comissões competentes. Está encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que especifica, ao município de Xambrê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.

Há emenda. O projeto retorna às comissões competentes. Está encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 143/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que acrescenta "alinea" ao parágrafo 1° do artigo 5° da Lei Complementar de número 37, de 27 de outubro de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 143/91. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões o Projeto de

Lei n° 143/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 189/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, que concede a partir de 1° de maio de 1991, abono salarial às Instituições de Ensino Superior. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 191/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento de Investimento da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Líder da Bancada do Governo no sentido de se seria possível nós retirarmos este projeto por apenas uma sessão, de modo que nós pudéssemos dar uma estudada nesta suplementação que foi apresentada hoje, e nós teríamos melhores condições amanhã de tirar as dúvidas para votar este projeto. Ele é bom no mérito. Aparentemente parece-me que toda esta Casa apóia. No entanto, é um projeto da maior importância: são muitos os recursos.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo à Bancada do Governo no sentido de permitir o adiamento desta discussão por apenas uma sessão para que nós pudéssemos estudar este projeto, que hoje recebemos aqui neste momento, e tirar as dúvidas na sessão de amanhã e aí votar com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está na fase de votação. Vossa Excelência requer verificação de votação?

O SR. ERNANI PUDELL - Gostaria que fosse feito em forma de acordo, Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para responder. Nós sabemos que regimentalmente a matéria já está inclusive aprovada. Mas eu apelaria ao Deputado Ernani que nós teremos oportunidade, acredito que no decorrer do mês de junho, e talvez no mês de julho, se prorrogados os trabalhos desta Casa, de estar discutindo novas suplementações em favor da COHAPAR, quem sabe já no mês de agosto. Então, nós reafirmamos que, dentro do Projeto Mutirão, esses 4 bilhões darão para pouco mais do que 3 mil, 4 mil unidades, e nós bem sabemos que há necessidade de mais, 18, 20 mil unidades. Então, nós temos aí pela frente umas 15 mil unidades para discutir a destinação, a validade.

Nós encareceríamos a Vossa Excelência

que nós dêssemos por encerrado esse assunto, já que teve uma tramitação bastante veloz, tanto na C.C.J., na Comissão de Orçamento, na Comissão de Finanças, presididas pelo Durval, pelo Justus e pelo Colombino, e acreditamos que nós, também no plenário, estamos tendo uma agilidade. Algumas informações que foram pedidas por Vossa Excelência, nós procuramos prestá-las hoje. Se alguma dúvida ainda persistem, nós procuraremos esclarecê-las no decorrer da semana e da semana que vem. Mas nós achamos que este assunto nós deveríamos liquidar hoje e permitir que convênios venham a ser assinados com os municípios, com as empresas, com companhias, e a moradia seja entregue a quem dela precise o mais rapidamente possível também.

O SR. ERNANI PUDELL - Se Vossa Excelência me permite, apenas um esclarecimento: esta suplementação será aplicada exclusivamente em projetos de mutirão? Esta é a minha grande dúvida porque, ser forem destinados recursos a empreiteiras, eu gostaria de ter uma discussão mais aprofundada. Será exclusivamente em mutirão, casa da família e lote urbanizado. É isso? Bom, eu estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovado o projeto.

Sobre a mesa, expediente de n. 1296, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, comunicando que no dia 06 do corrente mês, estarão presentes nesta Casa de Leis, a partir das 14:30 horas, os Senhores Secretários de Estado do Planejamento e da Fazenda, a fim de esclarecer dúvidas sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, aos Senhores Deputados.

Designo o dia 06.06.91, transformando a Assembléia em Comissão Geral. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Apenas um esclarecimento. Tendo em vista que a nós parece que o assunto é da maior importância - a discussão da LDO - eu pergunto a Vossa Excelência se é possível nós marcarmos a sessão de quinta-feira para as 14 horas, para que tivéssemos meia hora mais de debates com os Senhores Secretários.

Se Vossa Excelência entender que é possível, nós gostaríamos que assim fosse procedido, dado que o Secretário Eron Arzua - tem que viajar para Florianópolis em torno das cinco e meia da tarde. Então, meia hora de antecedência seria importante, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é regimental, mas nós vamos dedicar todo o Horário do Expediente para ouvir os Se-

nhores Secretários. Apenas Vossa Excelência comunique que os Secretários virão para esclarecer dúvidas sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Mesa entende que não é esse o objetivo. Terá que dar outras explicações. Com essa retificação, a Mesa marca a presença...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós já a fizemos da tribuna, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas vale o escrito, não é?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós completaremos, então, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai estabelecer, de acordo com o Regimento Interno, as regras para que a Assembléia possa interrogar os Senhores Secretários de Estado, e a Assembléia fica transformada em Comissão Geral na quinta-feira.

Requerimento de n. 1306, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1304, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1298, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1314, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1313, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. Este requerimento será encaminhado através da Secretaria de Segurança.

Requerimento de n. 1309, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está aprovado o requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL - Vossa Excelência foi extremamente rápido, como de costume, e eu estava aguardando Vossa Excelência terminar a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Como dizia aquele poeta árabe, a lei não protege quem dorme.

Requerimentos de n.ºs 1310, 1312, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio.

lio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1307, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1297 de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n. 1299, 1302, 1303, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1300, de autoria do Se Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n. 1316, 1317, 1319, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1315, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1321, de autoria do Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Anibal Khury, Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1301, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1311, de autoria do

Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1318, de autoria do Se Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1322, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CLEITON QUIELSE - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Senhores Deputados pediria a presença amanhã, após o plenário, onde estarão o Secretário Especial do Meio Ambiente, Tadeu França e Vitório Sorutiuk, Presidente do ITCF, para falar sobre o "Dia Mundial do Meio Ambiente". Estarão, então, à disposição de perguntas sobre suas Pastas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 151/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 030/91.

Levanta-se a sessão.